



A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DIANTE DOS DESAFIOS CULTURAIS DA CONTEMPORANEIDADE

Data de recebimento: 23/06/2016

Aceite: 01/08/2016

Tatiane Ferreira GARCIA (AJES)¹
Natanielly de Paula FREITAS (AJES)²
Tatiane Carneiro CARDOSO (AJES)³

Resumo: Este artigo tem por intuito suscitar reflexões acerca da formação de professores em relação à Educação étnico-racial no ensino fundamental, diante dos desafios culturais na contemporaneidade, os quais nos são transmitidos de forma arcaica através dos livros didáticos. Apontando que esta educação envolve muito mais que o respeito ao próximo, é preciso se repensar a educação básica, norteando e envolvendo os graduandos e/ou os professores em formação continuada a discutirem esta realidade e um novo currículo, dando maior atenção aos conteúdos trazidos pelos livros didáticos. Formação esta que deve garantir aos professores diferentes cariz em respeito para com a relação étnico-racial, colocando-o capaz de construir juntamente com seus alunos uma atitude de respeito diante das diferenças raciais e culturais. Far-se-á necessário que se desmistifique a impressão que muitos ainda têm em relação aos indígenas e aos negros, enquanto à sua cultura, alimentação vestimenta, religião e principalmente em relação aos seus direitos e deveres. Assim sendo, o presente trabalho aborda a importância de se pontificar a educação étnico-racial para se educar e conseqüentemente formar cidadãos críticos que respeitem as diferenças e que possam compreender que ser diferente é ser humano. Tendo como escopo principal trabalhar a história negra e indígena como fenômeno estrutural de nossa sociedade. A análise deste trabalho deve-se a pesquisas bibliográficas e pesquisa *in loco*, de cunho qualitativo, onde foram elaborados questionários para averiguar as opiniões dos profissionais em duas escolas do Município de Juína no estado de Mato Grosso – Brasil, onde através destes questionários serão avaliados a praticidade das Leis vigentes, analisando se estas estão em exercícios nas salas de aulas e nas formações dos professores tanto no âmbito acadêmico quanto na formação continuada.

Palavras-Chave: Educação Étnico-racial. Formação de Professores. Currículo. Livro Didático. Formação Continuada.

Abstract: This article intends to stimulate reflections about the formation of teachers in relation to ethnic-racial education in elementary school, facing the cultural challenges in the contemporary world, which are soundly transmitted through the textbooks. Pointing out that this education involves much more than respect for others, it is necessary to rethink basic education, guiding and involving undergraduates and / or continuing education teachers to discuss this reality and a new curriculum, paying more attention to the content brought by

¹ Professora Pedagoga e Especialista em Psicopedagogia pelo Instituto Superior do Vale do Juruena – AJES. Mato Grosso, Brasil. E-mail: tatianegarcia36@hotmail.com.

² Graduanda em Pedagogia pelo Instituto Superior do Vale do Juruena – AJES. Mato Grosso, Brasil. E-mail: nataniellydepaula@hotmail.com. Bolsista do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência).

³ Graduanda em Pedagogia pelo Instituto Superior do Vale do Juruena – AJES. Mato Grosso, Brasil. E-mail: tati.cds@outlook.com.



Didactic books. This training should ensure that teachers have different respect for the ethnic-racial relationship, putting them in a position to build with their students an attitude of respect for racial and cultural differences. It will be necessary to demystify the impression that many still have with regard to the natives and the blacks, as well as to their culture, clothing, religion and, above all, their rights and duties. Thus, the present work addresses the importance of pontificating ethnic-racial education in order to educate and, consequently, to form critical citizens who respect differences and who can understand that being different is a human being. Its main purpose is to work on black and indigenous history as a structural phenomenon in our society. The analysis of this work is due to bibliographical researches and in loco research, of qualitative character, where questionnaires were elaborated to ascertain the opinions of the professionals in two schools of the Municipality of Juína in the state of Mato Grosso - Brazil, where through these questionnaires will be evaluated The practicality of current Laws, analyzing whether they are in exercises in classrooms and in the training of teachers both in the academic field and in continuing education.

Keywords: Ethnic-racial education. Teacher training. Curriculum. Textbook. Continuing Education.

1. Introdução

Na contemporaneidade falar em diferentes culturas, propendem em assumir diversas perspectivas e ideias que se diferem. Desta forma, o professor deve sempre estar buscando uma formação independente que venha a valorizar seus conhecimentos. A Formação Continuada tem o papel de suprir algumas dessas necessidades, nessa perspectiva promover a equidade social é papel fundamental das escolas. No ambiente escolar as crianças buscam novos desafios e por conseguintes saberes dos quais se diferem das bagagens trazidas por eles, ou seja, estão abertas a novos conhecimentos sobre a construção histórica de nosso país, que por sua vez foi desbravado primeiramente por indígenas e posterior pelos negros que foram trazidos pelos europeus como escravos.

É na infância que as pessoas estão abertas a aceitar novas realidades e respeitá-las, assim o professor deve aproveitar esta abertura para trabalhar a relação étnico-racial e indígena em sala de aula.

Contudo, para que esta abordagem seja feita com segurança e eficácia os professores devem estar bem preparados para tratarem do assunto. Desta forma, quanto mais se abordar esta temática na Formação de Professores e Formação Continuada novos desafios e reflexões serão lançadas e efetivadas, dando a estes profissionais uma maior facilidade de trazer para seus alunos a relação indígena e étnico-racial de forma clara e abrangente, tendo propriedade para trabalhar este assunto em qualquer disciplina que abra espaço para discussão.



Esta pesquisa tem como finalidade analisar como os professores estão trabalhando a história indígena e negra como fenômeno estrutural de nossa sociedade, visando a compreensão dos alunos para a verdadeira história do Brasil e conseqüentemente do lugar onde vivemos.

Assim, a formação dos professores podendo ela ser na graduação ou após tem como ponto mais importante a reflexão nas formações, podendo assim compreender a existência da prática e reflexão educativa. Devem compreender estas disciplinas para que quando já formados os graduandos sejam capazes de utilizarem metodologias que vão além dos livros didáticos, uma vez que o livro didático é uma ferramenta de trabalho e não o único escudo com que os profissionais da educação possam contar para desmistificar a impressão que a maioria da sociedade brasileira tem em relação aos indígenas e aos negros.

Fato é que todos os dias ocorre alguma discussão que envolve as cotas dos negros, os “privilégios” que os indígenas têm, porém, as pessoas que criticam não conseguem compreender os motivos que levaram o governo a dar a essas pessoas um pouco do que foi tirado delas, colocando em vigor a lei da equidade. Aliás, poucas pessoas conseguem perceber que os negros e os indígenas foram “roubados”.

Assim sendo, é de suma importância compreender que dentro da grade de disciplinas de uma instituição universitária deve ter o estudo sobre a relação étnico-racial, levando os graduandos a perceberem que esta disciplina faz parte de nossa realidade, e que desta forma é preciso entender o quanto ela é essencial ao passado de toda a sociedade.

Mas para que se compreenda esta grade curricular é evidente que se precise repensar o currículo das escolas, colocando a educação étnico-racial como parte integrante e tão importante quanto a parte comum do currículo. Visto que a escola possa receber juntamente com seus alunos este novo currículo, é preciso que a formação acadêmica seja embasada nestas disciplinas.

A universidade é uma das instituições sociais que acompanhou a complexidade da sociedade contemporânea, desempenhando hoje um papel fundamental na mediação do mundo social e da ciência, sustentando uma posição estratégica na dinâmica dos processos de formação no nível superior, de inovação tecnológica e de produção e difusão da ciência e da cultura junto a sociedade. (SILVA APUD SCHOLZ, SILVEIRA, SILVEIRA p.2, 2014).



Desta forma, pode-se averiguar que para acontecer a educação étnico-racial e indígena nas escolas os primeiros que devem estar preparados para esta façanha são os professores, que por sua vez devem ter tido uma boa formação acadêmica para a carreira docente, possibilitando-os assim a construírem juntamente com seus alunos esta nova visão de vida em sociedade, onde é preciso se conhecer a história do Brasil para ser possível analisar com sabedoria esta nova educação, respeitando os direitos reservados as pessoas indígenas e negras.

A concepção de cultura é compreendida enquanto a simbologia das diferentes pessoas, ou seja, no que elas acreditam a ser sagrado ou certo diante de seus valores. Contudo, ao referirmos à educação étnica racial esta ideologia não está longe, ao abordar na escola temas como a história dos negros ou indígenas os discentes lembram-se logo da escravidão e da descoberta do Brasil como verdades absolutas.

Ao mencionar a revisão do currículo escolar é importante ressaltar que os negros assim como os indígenas, não obstante são lembrados nas escolas somente nas datas comemorativas, reforçando a ideia retorcida do significado destes povos para a construção da sociedade em que nos encontramos hoje.

No entanto, existem leis como a LDB Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que nos diz claramente como o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena deve ser trabalhado em ambiente escolar de forma obrigatória.

Porém, houve alterações na Lei 9.394/96 pela 10.639/2003 e 11.645/2008, lei esta que começou a ser votada no Congresso em 1999 pelo projeto de lei 259 que visava a inclusão no currículo oficial da rede de ensino sendo aprovada somente em 2003 e posteriori complementada em 2008.

Observa-se que foi preciso uma lei que exigisse das instituições de ensino que se trabalhasse a cultura africana e posteriori a cultura indígena para que se desse este primeiro passo. Porém, o que se encontra nas escolas ainda são ensinamentos retóricos, distorcidos da realidade, pedagogos que trabalham de forma superficial com cocares e penas no dia do índio, e no dia da consciência negra falasse algo muito vago sobre os quilombos, e acreditam que é o suficiente.

2. Metodologia



A análise deste trabalho deve-se a pesquisas bibliográficas e pesquisa *in loco*, de cunho qualitativo, onde foram elaborados questionários para averiguar as opiniões dos profissionais em duas escolas do Município de Juína no estado de Mato Grosso – Brasil, destacando-se dentre os autores aplicados a estes temas as formulações de Sabatovski (2012), Scholz (2014), LBD (1996), entre outros.

3. Formação de professores com base na lei 10.639/03 e 11.645/08

Na contemporaneidade falar em diferentes culturas, propendem em assumir diversas perspectivas e ideias que se diferem. Desta forma, o professor deve sempre estar buscando uma formação independente que venha a valorizar seus conhecimentos, a Formação Continuada é uma dessas facetas tem o papel de suprir algumas dessas necessidades.

Necessidades essas que são vistas nas falhas de conteúdos adquiridos pelos professores durante suas formações, desta forma a Formação Continuada deve trazer dentro de seu plano de trabalho conteúdos como as relações étnico-raciais e indígenas, entre outros dos quais os professores não tiveram acesso, mas que na atualidade se tornaram essenciais para a formação de cidadãos críticos e reflexivos, capazes de discernir que negros e índios não são privilegiados dentro da “nossa” sociedade, que cotas e leis foram criadas para tentar minimizar falhas passadas, e ainda em pleno século XXI acontecem devido à falta de instrução e conhecimentos que por sua vez devem também ser tratados nas escolas desde os anos iniciais.

Sabe-se que a educação de 1º ao 9º ano é carregada de características e significados, os ensinamentos nos anos iniciais perpetuam por uma vida inteira. Assim é evidente que o papel dos professores nos anos iniciais, deve ser de conscientizar as crianças e adolescentes da importância de termos pessoas com raças diferentes, cores diversas e culturas transformadas, e que estas diferenças fazem parte da humanidade, que a cor de pele ou sua etnia não a coloca num patamar maior ou menor que a outra.

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo. (MEC, 2004, p.7).



Na atualidade vivemos num momento de combate ao preconceito que deve ser iniciado desde os primeiros anos, é somente com a educação étnico-racial nas escolas que teremos um Brasil onde haja menos desigualdade. Segundo as (Orientações Curriculares de Mato Grosso, p.6) “A diversidade étnica é composta pela diferença. A identidade étnica é, antes de qualquer coisa, a consciência da diferença, da consciência do processo histórico particular, da concepção de valores diferentes e da consciência de línguas diferentes”.

Portanto, os profissionais da educação devem ser ou estar capacitados para conduzir seus alunos a uma reflexão crítica, onde as relações étnico-raciais devem ser estudadas e analisadas dentro do contexto educacional. Observando que somente a educação é capaz de transformar.

Ensinar a partir da ótica da história e cultura do Índio e do Negro não significa apenas permitir a compreensão das relações entre sujeitos. Esse recorte temático e metodológico desencadeia o encontro entre culturas, identidades, mitos, vozes, sons, ritmos, crenças, valores, símbolos, ancestralidade (ROCHA, ????, p.7).

Analisando este cariz é pertinente se repensar o currículo das escolas, colocando a educação étnico-racial como parte integrante e tão importante quanto a parte comum do currículo. Este é um dos temas que devem ser abordados dentro das Formações Continuadas, com o intuito de valorizar e capacitar o professor para poder colocar em prática a história étnico-racial.

Mesmo após quase doze anos da promulgação da lei 10.639/03 e posteriormente a lei 11.645/08 que coloca a relação étnico racial e indígena como parte integrante nos currículos escolares, estes conteúdos são tratados e vistos diante da sociedade escolar de forma isolada, é visível que esta ação pouco progresso tem alcançado, não seria lubridioso dizer que esta educação não está sendo executada e tão pouco discutida em ambiente escolar.

A verdade está nas mesmices de sempre, onde a uma grande porcentagem da sociedade tenta embranquecer-se, destruir laços passados que se tem com negros e índios, da mesma forma acontece nas escolas onde os negros e índios são lembrados somente nos dias 20 de novembro e 21 de abril, comemorações que ainda ocorrem de maneira retorica. Professores e comunidade escolar se vestem com penas e cocares, caracterizando o índio de forma antiga, ao invés de mostrar as crianças que os indígenas assim como os negros vem



ganhando espaço, suas culturas se modificam com o tempo, e que estão no meio de nós assim como nós estamos no meio deles.

Costumamos dizer que a lei está presente nas escolas, mas não está implementada pelas redes de ensino. Isso significa que as escolas trabalham o tema, mas os gestores não o vêem como uma política pública, que precisa de recursos garantidos no orçamento para materiais e formação de professores e ainda uma coordenação especializada para cuidar do assunto. (BORGES, 2010, p.1);

Nesse contexto, é preciso se investir na Formação dos Professores/Continuada oferecendo a eles paradigmas e formas de acesso para criarem projetos direcionados as relações étnicos raciais e indígenas, de forma que os professores que já estão a mais tempo na atividade seja capaz de ver sob um viés diferente as formas de inserir estes conteúdos em suas respectivas áreas.

4. O livro didático na perspectiva étnico-racial e indígena na prática pedagógica

O livro didático ainda continua a ser o principal meio de uma difusão da história na sociedade contemporânea.

Certamente, uma das políticas públicas mais antigas do estado brasileiro (data de 1929) e mais exitosas e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que prevê a aquisição e a distribuição gratuita de livros para alunos da rede pública de ensino. Desde o início do século XXI, em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997, o PNLD passou a exigir nos editais de Livros Didáticos para os anos iniciais a inserção, avaliação e aquisição de volumes distintos para as duas disciplinas: História e Geografia. (SILVA E FONSECA, 2010, p.13);

É pertinente ressaltar que mesmo após a disseminação das disciplinas de História e Geografia terem sido dissociados dos livros de estudos Sociais (Silva, Fonseca, 2010, p.13) é prioritário que o professor de História e Geografia ao trabalhar a história brasileira assim como a história seguindo um panorama de mundo tenha a concepção de que ensinar estes conteúdos não é repetir conhecimentos eruditos que advém dos livros didáticos, podendo ser feito um trabalho interdisciplinar, com o intuito de trabalhar a relação étnico-racial em todas as disciplinas, observando que este contexto está em meio a toda sociedade, portanto em qualquer lugar.



Os conhecimentos ensinados na escola não são cópias exatas dos socialmente construídos, para se tornarem escolares os conhecimentos de referência sofrem uma descontextualização e a seguir, um processo de recontextualização. A atividade escolar, portanto, supõe certa ruptura com as atividades próprias dos campos de referência, ou seja, a escola transfere ao aluno a parte que lhe é cabível, sendo este impermeável a críticas. Nessa hierarquia reforçam-se relações de poder favoráveis à manutenção das desigualdades e das diferenças que caracterizam nossa estrutura social.

Valorizar esta temática dentro da Formação Continuada dos professores que se formaram antes das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 entrarem em vigor é fundamental para que os mesmos sejam capacitados para expor toda a História Afro-Brasileira e Indígena com propriedade.

Assim, Segundo as Orientações Curriculares para Educação das Relações Étnico raciais do Estado de Mato Grosso, este é um documento que norteia os professores por meio de um Plano de Ação criado para garantir a eficácia da implementação da Lei 10.639/03 e na Lei 11.645/08 que possuem papel fundamental na herança histórica.

Não sendo obstante, é importante colocar em destaque o papel fundamental que os negros e indígenas tiveram e ainda têm para a construção e cultura de nosso país.

A Educação e o Ensino de História necessitam, com urgência, partir do pensamento único, restrito e definitivo para uma realidade plural, abrangente, e em permanente (re) construção. Esse deve ser o ímpeto que deve conduzir as nossas iniciativas em prol de uma educação condizente as necessidades do século XXI”. (ROCHA, ????, p.5)

A concepção de cultura é compreendida enquanto a simbologia das diferentes pessoas, ou seja, no que elas acreditam a ser sagrado ou certo diante de seus valores. De acordo com Cunha (2009, p. 239) apud Santana (2013, p.4) “A cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas sim algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados”. Contudo, ao referirmos à educação étnica racial esta ideologia não está longe, ao abordar na escola temas como os negros ou indígenas os discentes lembram-se logo da escravidão e da descoberta do Brasil como verdades absolutas.

A importância de crianças e adolescentes, independente da raça, etnia ou cor da pele, serem estimuladas a reconhecer e valorizar as identidades culturais da sua região – que podem estar presentes em quilombos, terreiros, aldeias, bairros populares, assentamentos e outros territórios – é que elas podem se



orgulhar de que a cultura da sua localidade integra a diversidade que caracteriza a cultura brasileira. (BRASIL,2008, p.1).

Diante dessas afirmações é contundente se reafirmar que a educação escolar precisa ser entendida como formadora de cidadãos, no entanto é preciso que se interfira na educação de jovens e adolescentes para que os mesmos possam saber sobre a história brasileira e sua formação. Assim, negros e índios teriam mais lugar diante da sociedade, pois saberiam que negros e índios são assim como todos nós formadores de história e que precisam ser vistos respeitados diante de suas peculiaridades (raça, cultura, etnia...).

No entanto, foi preciso que houvesse uma lei que exigisse das instituições de ensino que se trabalhe a cultura africana e posteriori a cultura indígena para que dessem o primeiro passo. Porém, o que se encontra nas escolas ainda são ensinamentos retóricos, distorcidos da realidade, professores que trabalham de forma superficial tanto a questão indígena como dos negros e acreditam que é o suficiente. Com isso percebemos até o momento a importância dessa prática nas escolas em relação docente/discentes, no entanto ao falar de educação, práticas pedagógicas precisamos considerar que a mesma esta unicamente na relação que compõe o elemento a que cabe a reflexão. A educação segundo Freire (1996), “mais precisamente o educador em sua formação deve atender a diversas exigências necessárias para a concretização de uma prática pedagógica democrática e autônoma. Quando falamos em democracia na educação muito mais do que estarmos abertos a participação dos educandos, devemos estar abertos a compreensão a realidade dos mesmos para, a partir daí, darmos sentido ao que a democratização do ensino exige: a aquisição de autonomia por parte dos educandos”.

Com isso torna-se importante para o professor saber distinguir as concepções que estão presentes nas suas práxis educativas no seu trabalho cotidiano, o professor jamais poderá ser uma exceção para que possa compreender os pontos de vistas e as ideias sobre o que vem a ser a educação e todo o seu processo, é através dessas referencias/formação que o professor estará promovendo ou não o desenvolvimento global, crítico e reflexivo dos alunos e isso também refletira no professor como pesquisador.

Segundo Borges (2010, p.2), desde que leis foram implementadas tornando o ensino de História e cultura afro-brasileira e indígena obrigatório nos currículos da educação, o



Brasil deu um enorme passo rumo à desmistificação dos olhares etnocentrismo com que a população se encontra.

Somente a escola tem o poder de trabalhar de forma clara e positiva esta história, sabe-se que a imagem do negro e do indígena em nosso país é vista sempre pelo lado negativo, a sociedade tenta embranquecer –se a qualquer custo, aniquilando a cultura indígena e negra.

O livro didático, de modo geral, omite o processo histórico-cultural, o cotidiano e as experiências dos segmentos subalternos da sociedade, como o índio, o negro, a mulher, entre outros. Em relação ao segmento negro, sua quase total ausência nos livros e a sua rara presença de forma estereotipada concorrem em grande parte para a fragmentação da sua identidade e auto-estima. (SILVA APUD SEVERO, ????, p.2);

A escola composta por todo corpo docente deve estar atento aos conteúdos trazidos pelos livros didáticos e compreender que os negros e índios devem estar presente neste processo de ensino-aprendizagem. O livro didático é uma ferramenta necessária para a ruptura da verdadeira história que vem sendo negada.

o livro trabalha de maneira superficial sobre as temáticas onde deveriam ter uma ênfase maior sobre a presença e importância do negro dentro da sociedade brasileira. Onde em todo livro a presença do negro é demonstrada como escravo, submisso ao branco, visto como coitado. (SOUZA et al. ????, p.5).

Pode-se constatar através desta citação que o livro didático tem o poder de trazer está barreira para dentro da sociedade, pois se não trabalhado da forma correta os discentes acabam por absorver a história indígena e negra como retratada, fazendo com que haja sempre uma vergonha por carregar traços de povos que foram escravos, citados sempre como coitados, criminosos, pessoas sem valor para o mundo e colocando o branco sempre como referência, é nessa etapa que as crianças e adolescentes acabam mesmo sem perceber reforçando a era do branqueamento.

Assim, é preciso ter a consciência que é na escola que estes tabus serão quebrados, que os alunos compreenderam a importância desta relação étnico-racial (negro e índio) para a formação do Brasil que foi construído até os dias de hoje, e em fim para o processo histórico de toda humanidade, olhando os índios e negros como peça principal deste quebra-cabeça e não como partes sem valor, buscando dar a eles seu devido valor.

5. Análise e discussão dos resultados



A educação étnico-racial desde a implantação das leis que fomenta a discussão desta temática em sala de aula pouco avanço tem alcançado. Uma visão definida deste assunto acontece após a análise da coleta de dados. Foram ouvidos professores pedagogos e de áreas específicas como geografia e ciências da natureza, mas não há muita diferença de pensamentos e atitudes entre eles.

De cem por cento dos questionários entregues para as coletas de dados apenas sessenta por cento entregaram, contudo dos professores que entregaram quando questionados a discorrerem sobre as Leis 10.639/03 e 11.645/08 nenhum professor soube dizer do que se tratava esta lei.

Ao fazer esta análise é possível compreender a ruptura que se encontra as escolas diante desta temática, os profissionais da educação não estão preparados para desmistificar esta impressão que os livros didáticos “conquistaram”. Foi observado também que metade dos entrevistados não tiveram em sua grade curricular enquanto graduandos esta disciplina o que implica em suas atitudes ao serem questionados.

Quando indagados sobre a frequência com que se trabalhava a educação étnico-racial e indígena em sala de aula oitenta por cento dos que responderam disseram que somente é trabalhado quando é pedido pela direção ou quando acontece algum fato atípico em sala de aula envolvendo o preconceito contra essas pessoas.

Em uma das questões entregue aos professores, que mais chamou a nossa atenção foi: A discriminação e o racismo contra negros e indígenas praticados pelos jovens está ligado a má orientação enquanto cidadão?

No entanto, as respostas obtidas não foram satisfatórias;

Professor 1- “Não acredito que seja uma má orientação, mas o racismo desenvolve baseado no que aprendemos muitas vezes dentro de casa, nas escolas, empresas, faculdades e acredito que nunca vai acabar o racismo, pois podemos tentar mais mudar uma sociedade acho impossível”.

Professor 2- “Creio que está enraizado em nossos antepassados e que de alguma forma acaba sendo transmitido pela família, e sistema”.

Professor 3- “Sim, acredito que já é um conceito pré-definido”.

Professor 4- “Talvez sim, porém esta má orientação está mais ligada aos fatores culturais do que fatores educacionais”.

Professor 5- “Com certeza”.



Com base nessas respostas, observa-se que estes profissionais da educação não estão preparados para trabalharem a relação étnico-racial e indígena em sala de aula, além dos mesmos não conhecerem o teor das leis que está em vigor a quase doze anos, não se encontram abertos a diálogos e tão pouco buscam uma formação para se relacionarem e opinar melhor diante dessas situações.

Ficou claro que os professores citados acima estão tentando achar culpados para as discriminação e preconceito que ocorrem no ambiente escolar, ao invés de buscarem uma solução, uma conscientização. Saliento ainda que os professores juntamente com os livros didáticos estão aptos a compartilharem desta educação para poucos.

“Como poderiam os oprimidos dar início à violência, se são eles o resultado de uma violência? (...) Inauguram a violência os que oprimem, os que exploram, os que não se reconhecem nos outros; não os oprimidos, os explorados, os que não são reconhecidos pelos que os oprimem como outro. (...) Para os opressores, porém, na hipocrisia de sua ‘generosidade’, são sempre os oprimidos, que eles jamais obviamente chamam de oprimidos, mas, conforme se situem, interna ou externamente, de ‘essa gente’ ou de ‘essa massa cega e invejosa’, ou de ‘selvagens’, ou de ‘nativos’ ou de ‘subversivos’, são sempre os oprimidos que desamam. São sempre eles os ‘violentos’, os ‘bárbaros’, os ‘malvados’, os ‘ferozes’, quando reagem à violência dos opressores. (FREIRE, 2015.p. 47-48).

Temos que apostar em políticas públicas que pense no bem estar do estudante, não importa quem seja este aluno ele é aluno e merece respeito, a discriminação e o preconceito acontecem porque deixamos que eles aconteçam, porque fechamos os olhos para as piadinhas, etc. Enquanto houver professores que não se preocupam em tratar todos com igualdade, que procura culpados para os acontecimentos diários de preconceitos e discriminação contra índios e negros não conseguiremos dar o primeiro passo para desmistificar essa história que se arrasta a décadas.

Os livros didáticos, a formação acadêmica dos professores e/ou as formações continuadas devem ser olhadas por outro viés, não devemos esperar que o governo o faça, façamos nós, se cada um se conscientizar e começar a trabalhar sua formação e posterior passar a história do país onde vivemos de forma clara e dando a atenção que os negros e os índios têm e merecem começaremos a mudar as opiniões, são a partir de nossos alunos que a mudança começa.

6. Conclusão



É observável que a proposta ao se inserir estas leis no currículo escolar vem a ser um grande avanço, mas é preciso que os profissionais da educação busquem por conta própria sua formação uma vez que somente a teoria ensinada nas universidades não é o suficiente para atuar em sala de aula.

Portanto, é preciso que haja além de uma lei a consciência de que o mundo muda aos poucos e que esta mudança começa com a educação e na educação. Sendo papel do professor desmistificar a ideia obsoleta que muitas pessoas ainda têm em relação aos negros e indígenas, deixando de criar estereótipos para “comemorar” o dia do índio e negro.

7. Referências

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. **A Inclusão da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica**. 2010. Disponível em: http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v12n12010/pdf/05A_Inclusaodahistoriaculturaafro.pdf. Acesso em: 21/10/2016

BORGES, Priscila. **História e cultura afro ainda longe dos currículos escolares**. 2010. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/historia+e+cultura+afro+ainda+longe+dos+curriculos+escolares/n1237831299224.html>. Acesso em: 21/10/2016

BRASIL. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 21/10/2016

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Emílio Sabatovsck, Iara P. Fontoura, Emanuelle Milek. Curitiba: 2. Ed. Juruá, 2012.

Cultura Afro-Brasileira e Cultura Indígena: Guia de orientação para os municípios. 2008. Disponível em: <http://www.ifce.edu.br/miraira/Patrimonio/CulturaNegra/CulturaAfroIndigena/CulturaAfroIndigena.pdf>. Acesso em:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática Educativa**. 25 ed. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.



ROCHA, Aristeu Castilhos da. **Desafios para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena.** Disponível em: <http://jne.unifra.br/artigos/4811.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2015.